

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

“IN MEMORIAM 1956. OKTÓBER 25.”: O MUSEU COMO INSTRUMENTO DE ESQUECIMENTO EM BUDAPESTE

Graziela Ares, Denise Grinspum

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6815>

Submetido em: 2023-09-12

Postado em: 2023-09-18 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

“IN MEMORIAM 1956. OKTÓBER 25.”: O MUSEU COMO INSTRUMENTO DE ESQUECIMENTO EM BUDAPESTE

GRAZIELA ARES

<https://orcid.org/0000-0002-5512-580X>

grazielaares@ces.uc.pt

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coimbra, Coimbra, Portugal.

DENISE GRINSPUM

<https://orcid.org/0009-0008-9223-1776>

denise.grinspum@gmail.com

Museus Castro Maya-IBRAM, Rio de Janeiro, Brasil.

RESUMO: Em 2011, iniciou-se a reconfiguração da Praça Kossuth em Budapeste. O objetivo era devolver à Praça a imagem que tinha em 1944, ano em que o preâmbulo da Constituição de 2010 afirma que a Hungria perdeu a sua soberania. Em detrimento da sua contemporaneidade, autenticidade, harmonia e valor de património, a Praça e seus elementos foram reorganizados individual e coletivamente para atender à estratégia política do governo de Viktor Orbán. Nossa pesquisa investiga a transferência em 2014 do túmulo simbólico das vítimas do massacre de 1956, uma obra de Laszlo Gömbos e Imre Makovesz de 1991, da Praça para a exibição-memorial “In memoriam 1956. Október 25.”, construído pelo Programa Imre Steindl no subsolo da Praça. Usamos como referência a definição de museu divulgada pelo ICOM e a literatura dos estudos da memória e da política simbólica húngara pós democratização para analisar o processo de mudança e problematizar se o museu foi utilizado como um lugar de preservação da memória ou um lugar de domínio territorial e poder. A revisão bibliográfica, as visitas à Praça na última década e a busca online por palavras-chave ampliada em método de “bola de neve” foram as nossas fontes de pesquisa. A partir de uma avaliação crítica e a problematização da nova configuração da Praça resultante das intervenções do Programa Steindl, pretendemos demonstrar como a promessa de “melhor acomodar o património e a memória” pode contribuir para o controle sobre os discursos das memórias da Revolução de 1956.

Palavras-chave: estudos da memória, política simbólica, museu, revolução de 1956, espaços públicos.

“IN MEMORIAM 1956. OKTÓBER 25.”: THE MUSEUM AS AN INSTRUMENT TO FORGET IN BUDAPEST

ABSTRACT: The reconfiguration of Kossuth Square in Budapest began in 2011. The objective was to return the square to the way it looked in 1944, the year in which the preamble of the 2010 Constitution states that Hungary lost its sovereignty. To the detriment of its contemporaneity, authenticity, harmony, and heritage value, the square and its elements were reorganized individually and collectively to meet the political strategy of Viktor Orbán’s government. Our research investigates the transfer in 2014 of the symbolic grave of the victims of the 1956 massacre, constructed by Laszlo Gömbos and Imre Makovesz in 1991, from the square to the memorial exhibition “In memoriam 1956. Október 25.”. The space was built by the Imre Steindl

Program in the basement of the square. We use the definition of museum published by ICOM and the literature on memory studies and symbolic politics in post-democratization Hungary to analyze the process of change of the monument and question whether the museum was used as a place to preserve memory or one more space of territorial dominance and power. Our sources were the bibliographical review, visits to the square over the last decade, and the online search for keywords expanded into a “snowball” method. Based on a critical assessment and problematization of the new configuration of Kossuth Square resulting from the interventions by the Steindl Program, we intend to demonstrate how the promise to “better accommodate heritage and memory” can contribute to the control over the discourses of memories of the 1956 Revolution.

Keywords: memory studies, symbolic politics, museum, 1956 revolution, public spaces.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma análise crítica sobre tensões e negociações em torno da memória social, em contextos de guarda, organização e interpretação de objetos e coleções e sobre o uso de museus pelo populismo de direita e governos autocráticos a partir de um caso atual em Budapeste.

O uso político da memória e do passado não são temas novos e nem restritos à Hungria. Entretanto, tendo em conta o contexto social do país durante os mandatos do primeiro-ministro Viktor Orbán¹, sobretudo a partir de 2010, e a recente decisão da União Europeia (UE) que já não considera mais o país uma democracia plena desde setembro de 2022², o caso húngaro é um tema de interesse para as humanidades.

Os estudos publicados sobre patrimônio, o uso político do passado e a *política simbólica* após a redemocratização na Hungria analisados conjuntamente com a Nova Definição de Museu aprovada e divulgada pelo International Council of Museums (ICOM) em 2022 constituem o arcabouço teórico da nossa pesquisa sobre o deslocamento do túmulo simbólico das vítimas do

¹ Orbán foi primeiro-ministro da Hungria entre 1998 e 2002 e novamente em 2010, sendo ele reeleito sucessivamente até a presente data. Ele também é presidente de seu partido político, FIDESZ, e vice-presidente da Internacional Democrata Cristã (https://www.miniszterelnok.hu/#nevjegy_container acessado em 20/07/2022). Como membro e representante mais proeminente do partido, é difícil separar as visões individuais de Orbán do seu papel institucional e coletivo. Assim, não distinguiremos a responsabilidade de Orbán da de seu partido e seus nomes são permutáveis, exceto quando indicado o contrário.

² <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20220909IPR40137/meps-hungary-can-no-longer-be-considered-a-full-democracy> acessado em 19/08/2023.

massacre de 1956³, de László Gömbös e Imre Makovecz, da Praça Kossuth (PK) [Kossuth Tér em húngaro] em Budapeste para a exibição-memorial “In memoriam 1956. október 25.”⁴, um espaço construído no subsolo da Praça e gerido pelo Museu do Parlamento no âmbito de um plano estatal chamado Programa Imre Steindl (PIS). O PIS e, particularmente, o museu *In Memoriam* tornam-se objetos de interesse da nossa pesquisa por serem iniciativas públicas, financiadas e geridas por grupos políticos no poder, que mobilizam os acervos e patrimônios, influenciam a memória coletiva e incitam novos nacionalismos.

A busca online por palavras-chave ampliada em método de “bola de neve” nos ajudou a localizar documentos textuais e imagens (fotos, vídeos, mapas e outros) digitais em sites oficiais do governo, mídia (local e internacional) e organizações da sociedade civil e que foram analisados para identificar os potenciais impactos da movimentação do monumento da Praça para o museu. A revisão bibliográfica específica pretendeu contextualizar o tema especialmente a partir de autores húngaros. Por fim, as visitas à Praça ao longo da última década nos possibilitaram experienciar tal transformação ao longo do tempo. Pretendemos demonstrar em nossa avaliação crítica e problematização da configuração resultante como a promessa de “melhor acomodar o patrimônio e a memória” pode contribuir para o suposto controle sobre os discursos das memórias da Revolução de 1956.

Na atualidade, há vários debates acerca das experiências museológicas, com preocupações que vão desde a remanescente perspectiva colonial até a atribuição de valor dentro de e por grupos sociais com base em certos critérios e regras que são geralmente externos a esses dispositivos. Isso porque museus e patrimônios - e conseqüentemente monumentos - são usados como categorias de poder, tal como na definição de Agamben para *dispositivo*:

³ A morte do líder soviético Joseph Stalin em 1953, a retirada soviética da Áustria em 1955 e a propaganda republicana promovida pelo Ocidente incitaram as ambições de liberdade do povo húngaro e em 23 de outubro, teve início a Revolução de 1956 em Budapeste. No dia 25 de outubro houve um grande massacre onde centenas de rebeldes foram mortos na Praça Kossuth. Com a subsequente retirada dos soviéticos, o país declarou-se livre em 28 de outubro. Entretanto, com a ajuda do ministro húngaro János Kádár, um contra-ataque militar soviético reinstalou a ocupação soviética em 4 de novembro e destituiu Imre Nagy do cargo de primeiro-ministro do governo de transição instaurado pelos rebeldes. A perseguição política e a violência aumentaram nas semanas seguintes, com assassinatos, detenções e centenas de pessoas enviadas para campos de trabalhos forçados sob a acusação de conspirar contra o regime. Em 22 de novembro, Imre Nagy, celebrado como o mártir político da revolução desde o fim da Guerra Fria, e seus aliados foram presos e executados a seguir. (Gray & Aarons, 2006)

⁴ Nome em húngaro da exposição-memorial às vítimas do genocídio de 25 de outubro de 1956 que, doravante, será mencionado apenas *In Memoriam* neste artigo.

“é um conjunto heterogêneo que inclui praticamente tudo, linguístico e não linguístico, sob o mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas policiais, proposições filosóficas e assim por diante. O próprio aparelho é a rede que se estabelece entre esses elementos. (...) O aparelho tem sempre uma função estratégica concreta e está sempre situado numa relação de poder. (...) Como tal, surge na intersecção das relações de poder e das relações de saber” (Agamben, 2009, p. 03 tradução nossa)



Imagem 1 - Entrada do *In Memoriam* com o Parlamento ao fundo
Foto: Ares, 02/2023

Neste contexto, esperamos ainda demonstrar que o caso *In Memoriam* é resultado e instrumento para a manutenção do poder de certos grupos políticos e, embora seja um equipamento recente, já nasceu antiquado, distante das aspirações futuras da Nova Definição de Museu.

I. REVISÃO DA LITERATURA

A polarização severa e a radicalização de discursos nacionalistas e populistas desde a redemocratização da Hungria (após 1989) são temas de interesse das humanidades. Entretanto, vamos nos ater aqueles autores que relacionam tais sintomas ao uso político da memória em detrimento da *história crítica (ou historiografia científica)* (Traverso, 2006, p. 116), à (re)monumentalização de espaços públicos e às tentativas oficiais de controle sobre certas

narrativas para afetar a *memória coletiva* e a *consciência coletiva* e, portanto, o modo que tal *comunidade imaginada* (Anderson, 2016, p. 06–07) compreende o mundo a partir de valores e elementos simbólicos compartilhados (Vandevoordt et al., 2018, p. 171).

A revisão historiográfica é intrínseca à construção do conhecimento e desenvolvimento científico (Tucker, 2008, p. 01–02). Entretanto, quando não acompanhado de evidências, cria uma confusão entre verdades e mentiras historiográficas. Nesse aspecto, essa militância (Todorov, 2008, p. 52–53) ou culto moderno à memória e ao patrimônio e a reificação do passado, tornando-o “objeto de consumo, estetizado, neutralizado e lucrativo” (Traverso, 2006, p. 10) podem esvaziar o seu papel pedagógico e coesivo para tornar a memória seletiva e unilateral com o objetivo de construção de dividir e fomentar o ressentimento (Traverso, 2019, p. 60). Em outras palavras, a memorialização, commoditização ou espetacularização da memória e a monumentalização de espaços públicos nem sempre são acompanhadas de conscientização sobre ou compreensão dos eventos comemorados (Fortuna, 2020, p. 46). Parafraseando Augé (2009, p. 75), essa *super modernidade* poderia prejudicar a consciência do público se considerarmos que uma reconfiguração como a da PK afetasse o reconhecimento da contemporaneidade material e subjetiva desses espaços pelo indivíduo.

Em última instância, transformações drásticas em espaços públicos podem descaracterizar seu status de *lugar antropológico*⁵ e transformá-lo em um mero espaço⁶ para *comunidades instantâneas* “formados na atividade (seja ela política, estética ou ritual) e não das identidades comunitárias supostas eternas, primordiais e não contextuais” (Agier, 2011, p. 173), já que nem todos os grupos são ali representados. Supostamente a principal praça do país, a PK poderia tornar-se um *não-lugar* (Augé, 2009, p. 63, 76) para os cidadãos caso eles não consigam mais reconhecer naquele espaço as identidades, os subjetivismos ou os palimpsestos a que estavam familiarizados. A possibilidade de transformar a PK em um *não-lugar* é retórica e imprecisa, mas permite-nos refletir sobre a participação social e política de certas identidades, indivíduos ou coletividades na atual democracia iliberal húngara. Além de ser uma provocação, o uso do conceito de *não-lugar* poderia inspirar pesquisas sobre a desterritorialização de

⁵ “formado por identidades individuais, por cumplicidades de linguagem, referências locais, regras não formuladas de saberes vivos” (Augé, 2009, p. 81 tradução nossa) onde as relações, memórias e identificações estão relativamente estabilizadas (Augé 1992 apud Agier, 2011, p. 112).

⁶ Diferente do *espaço*, o *lugar* suporta trocas sociais e simbólicas (Agier, 2011, p. 113).

indivíduos e grupos que não se identificam com o resultado da transformação de seu próprio território.

No contexto húngaro, é importante analisar brevemente a relação entre a redemocratização e a instrumentalização da história e da memória.

Traverso (2006, p. 80, 2014, p. 315) situa o início do culto ao Holocausto como uma “religião civil” nas décadas anteriores, mas, na Hungria, esse fenômeno surge apenas com o fim da Guerra Fria (Zombory, 2020, p. 33). Os rearranjos geopolíticos e econômicos a partir de 1989 estabeleceram a superioridade moral anticomunista e os valores ocidentais como referência para moldar as identidades, aspirações, memórias e história nas democracias pós-comunistas na Europa (Zombory, 2020, p. 26). Neste contexto, iniciou-se um processo de assimilação dos valores liberais e a aposta em narrativas de “dupla vitimização” entre o nazismo e o comunismo construídas a partir de memórias e comemoração simbólica e em detrimento de experiências ou autenticidades históricas (Zombory, 2017, p. 1043). A “europeização” de países pós-comunistas e seu ingresso no grupo dos civilizados [ocidentais] Europeus custou uma política da memória que alimentava a obrigação moral da sociedade para com as vítimas do passado (Zombory, 2020, p. 36) e a institucionalização das memórias de terror do comunismo como sendo o equivalente oriental às comemorações e memórias simbólicas ocidentais do Holocausto (Zombory, 2017 apud Behr et al., 2020, p. 82; Zombory, 2020, p. 27-29,33).

Desde 1989, a memória tornou-se em “um dos principais métodos de produção da verdade histórica” (Zombory, 2020, p. 38 tradução nossa) nos países ex-comunistas europeus graças ao esforço do governo e das elites no poder e o uso de recursos simbólicos (Zombory, 2017, p. 1030). A política de reconhecimento e o modelo de reconciliação (Zombory, 2017, p. 1029), legitimando os princípios das diferenças (Zombory, 2020, p. 48) em conjunto com a memorialização, contribuíram para a construção de uma nova identidade nacional a partir de “sofrimento e uma compreensão anti-pluralista do coletivo” (Pető, 2016, p. 42 tradução nossa), deixando em evidência o uso político da história.

Do ponto de vista material, é possível questionar o equilíbrio entre a capacidade de representação de diferentes grupos nesse processo, sobretudo em relação ao acesso e ao financiamento. A monumentalização, a memorialização ou a musealização requerem

investimentos, mobilização e permissões sobretudo para ocupar os espaços públicos e, enquanto os grupos no poder têm vantagens para ultrapassar tais dificuldades, as memórias “não eleitas” têm imensos desafios. Por isso, é possível inferir que se os meios e as possibilidades de expressão não são distribuídos de forma equitativa na sociedade, a liberdade de expressão e os direitos à representação consequentemente não o são. Tanto a monumentalização quanto a musealização requerem investimento e agência, os quais presume-se estarem ao alcance da elite no poder e consequentemente dos grupos que ela representa mais do que aos dissidentes, “vencidos” ou minorias. Tal relação é confirmada por Zombory (2017) ao pesquisar a participação do Estado e das elites na criação de museus que comemoravam o duplo genocídio (nazismo e comunismo) no Leste Europeu.

"Nós trancamos duas ditaduras juntas dentro das paredes desta casa. Elas vêm de fontes diferentes, mas você pode ver, elas se dão bem uma com a outra" (citado em Zombory, 2017, p. 1037 tradução nossa)

Extraído da fala de Orbán na inauguração da Casa do Terror em Budapeste em 2002, durante seu primeiro mandato, o trecho acima nos mostra a relevância da política de memória para o primeiro-ministro e seu partido FIDESZ (Horváth, 2008, p. 250) quando reitera a sua autoria no discurso em primeira pessoa. Este também é um presságio do que aconteceria em seus mandatos subsequentes.

Situado em um edifício que foi anteriormente ocupado pelo Partido Nazista húngaro da *Arrow Cross* [*Nyilaskeresztes Párt* em húngaro] e sucessivamente pela Autoridade de Proteção do Estado [*Államvédelmi Hatóság* em húngaro], também conhecido como o centro de comando da polícia política do Partido Comunista Húngaro (Horváth, 2008, p. 268 tradução nossa), a Casa do Terror⁷ é um museu que combina o material e o simbólico para reforçar: i. a equivalência entre os crimes do Holocausto e do comunismo (Horváth, 2008, p. 265–266; Pedro, 2019, p. 69; Zombory, 2017), ii. a “dupla ocupação” (Zombory, 2017, p. 1036), e iii. a narrativa de trauma (Kovács, 2016, p. 530–531).

⁷ https://www.terrorhaza.hu/en/allando-kiallitas/second_floor/hungarian-nazis-arrowcross-party acessado em 04/09/2023.

A seleção de locais de museus tornou-se estratégica na disputa política pela memória na Europa Oriental (Zombory, 2017, p. 1041). Os “museus memoriais” tornaram-se locais sagrados da verdade e o seu poder simbólico permitiu uma experiência cognitiva com “autenticidade performativa” (Pető, 2016, p. 46) que um outro edifício qualquer jamais alcançaria. O mesmo pode ser dito sobre a exibição-memorial *In Memoriam* que trataremos mais adiante, mas antes precisamos falar sobre a monumentalização em Budapeste e apresentar a disputa das memórias e a violência simbólica adjacente desde 2010.

O que chamamos aqui de violência simbólica está relacionado à sub-representação ou conflito de memórias entre diferentes individualidades e coletividades. Podemos nomear dois exemplos sobre o tema: o *Memorial às Vítimas da Ocupação Alemã* e seu contra-monumento *Living Memorial* na Praça da Liberdade [Szabadság Tér em húngaro] em Budapeste e os monumentos em homenagem ao Regente Miklós Horthy espalhados pelo país analisados por Bodó (2017, p. 204–206)⁸.

Fracassado em seus objetivos de *imagem fabricada* (Joly, 2019, p. 39) e lugar de culto às memórias politicamente convenientes e institucionalizadas, o *Memorial às Vítimas da Ocupação Alemã* tornou-se um cânon da violência simbólica atual graças ao contra-monumento *Living Memorial*. O Estado simbolicamente quis tornar oficial e influenciar a memória coletiva a partir de uma narrativa gravada em pedra e metal *Memorial às Vítimas da Ocupação Alemã* que deixa de fora o papel dos húngaros do Holocausto, coloca a Hungria no papel de vítima de outras nações e reforça o papel do outro no destino do país a partir de 1944 (Ares, 2022; Erőss, 2016, 2017; Pető, 2016). Por outro lado, como se observa na Imagem 2, o contra-monumento constituído por elementos materiais (mas não apenas) de memória foi instalado do outro lado da rua, em frente ao *Memorial às Vítimas da Ocupação Alemã*. Ali, ganhou visibilidade, ocupou sem licença ou financiamento o espaço público e continua vivo enquanto signo de protesto e ativismo (Ares, 2022, p. 09, 12–13; Erőss, 2016, p. 252). Segundo András Renyi (citado por Ares, 2022, p. 13), um dos fundadores do contra-monumento, o ativismo coletivo criou um sentido involuntário e subversivo que deslegitimou o enquadramento da memória visado pelo *Memorial às Vítimas da Ocupação Alemã*. A violência simbólica causada por tal dispositivo foi publicamente e

⁸ Além dos objetos estudados por Bodó (2017, p. 204–206), o resgate da era Horthy manifestou-se em “diferentes escalas espaciais e níveis” em espaços públicos (Erőss, 2022, p. 368) que não são abordados em nosso artigo.

tempestivamente contestada e frustrada graças à resistência pacífica e desobediência civil do *Living-Memorial*.



Imagem 2 - Memorial às Vítimas da Ocupação Alemã (em pedra e metal ao fundo) e *Living Memorial* (instalação à frente) na Praça da Liberdade em Budapeste
Foto: Ares, 02/2023

Em 2013, o busto do regente da Hungria entre 1920 e 1944, Miklós Horthy, foi restaurado e colocado na escadaria do templo da Igreja Reformada do Regresso [*Házatérés Reformatus Temploma* em húngaro] em Budapeste, como mostra a Imagem 3. Este é um exemplo de resgate de monumentos e da memória⁹ da polêmica e controversa era Horthy que podem ser analisados em conjunto com a severa polarização - centrada sobre questões culturais e simbólicas, como visões religiosas-seculares e nacionalistas-cosmopolitas (McCoy et al., 2018, p. 26–27) - e com o crescimento de direitas radicais, que celebram o regente como anti-comunista, nacionalista e do anti-semita, apesar de seus atos violentos e proto-fascismo (Bodó, 2017, p.

⁹ Um exemplo do culto ao polêmico político como tendo sido “um dos maiores estadista húngaros do século XX” [tradução nossa] pode ser encontrado em https://www.hungarianconservative.com/articles/culture_society/miklos_horthy_regent_hungary_155th_birthday/ e acessado em 04/09/2023.

204–206). Mesmo quando não são iniciativas do Fidesz, o culto a esses monumentos se aproxima das narrativas do governo Orbán que tentam ressignificar o período entre Guerras Mundiais para a Hungria (Ares, 2022, p. 20–22) até mesmo na Constituição de 2010.



Imagem 3 - Busto de Horthy em território eclesiástico visto a partir da Praça da Liberdade em Budapeste
Foto: Ares, 02/2023

Sobre as memórias da Revolução de 1956, o governo FIDESZ as usou indevidamente para seu benefício político em todos os seus mandatos (Gyáni, 2021, p. ix). A memória (oficial e social) e a avaliação histórica da revolução são caracterizadas por experiências históricas divergentes daquele período e por discontinuidades e rupturas no período comunista subsequente (Erőss, 2017, p. 22; Gyáni, 2021, p. ix)

Os monumentos comemorativos da revolução perderam seus espaços na PK (Ares, 2022, p. 20–22; Székely, 2016, p. 124–126) desde a aprovação do PIS, como abordaremos adiante. Embora esse tenha sido um dos últimos desejos do revolucionário de 1956 István Angyal¹⁰, a mudança veio para consolidar os objetivos de política de lembrança do FIDESZ pelo

¹⁰ “Mas remoer o passado é sempre estúpido. Em vez disso, esqueça-nos, esqueça-nos, será melhor” (István Angyal citado por Horváth, 2008, p. 258 tradução nossa).

seu parceiro: a política do esquecimento (ou "não-lembrança") e o apagamento das representações materiais e simbólicas do período comunista naquele espaço que foi o palco de um massacre durante a revolução¹¹.

A política do esquecimento acompanha a democracia húngara desde a transição (Horváth, 2008, p. 261–264). Inspirados pelo ritual de remoção da estátua de Josef Stalin durante a Revolução de 1956, muitos monumentos foram destruídos após 1989 (Bodó, 2017, p. 193) ou transferidos para os subúrbios de Budapeste, em sítios como o *Memento Park*¹² (Horváth, 2008, p. 261–264), ou para o interior do país para que a estética [ou imagem, no sentido semiótico] comunista desaparecesse da vista e da memória dos cidadãos. “Sem o contexto da paisagem urbana e da localização nas camadas temporais da cidade, as estátuas mudam seus significados originais” (Palonen, 2006 tradução nossa), mas seu papel político permanece pois ainda são parte da política da “musealização”.

“A tendência para a celebração da memória do poder é responsável pela constituição de acervos e coleções personalistas e etnocêntricas, tratadas como se fossem a expressão da totalidade das coisas e dos seres ou a reprodução museológica do universal, como se pudessem expressar o real em toda a sua complexidade ou abarcar as sociedades através de esquemas simplistas, dos quais o conflito é banido por pensamento mágico e procedimentos técnicos de purificação e excludência.” (Chagas, 2002, p. 63–64)

Chagas nos alerta na citação acima para alguns riscos inerentes à musealização e à política de memória descoladas da historiografia científica. O que sabemos sobre o passado não é algo acabado e definitivo. O museu e a memória são fragmentos e representações de um passado criado no presente com ferramentas e a partir de um *social milieu* que não necessariamente são equivalentes aos da época retratada. Também não estão livres de ideologias, como explica Bruno (1996, p. 22):

“Os processos de musealização, vistos como o eixo central da construção desta área de conhecimento, por um lado, contribuem para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressas nos objetos musealizados. Por

¹¹ <https://www.parlament.hu/en/web/orszagguylesi-muzeum/egy-sortuz-nyomaban> acessado em 04/09/2023.

¹²

https://pestbuda.hu/en/cikk/20220916_monuments_of_the_socialist_era_were_dismantled_30_years_ago?utm_source=pestbuda&utm_medium=link&utm_campaign=pestbuda_202309 acessado em 04/09/2023.

outro lado, constroem novos valores e significados para estes objetos, por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural. Neste momento, transparece não só a cumplicidade da Museologia com as áreas de conhecimento ligadas ao estudo dos bens patrimoniais, mas, sobretudo, a sua inerente submissão a questões ideológicas. Emerge, também, outro aspecto relevante à sua edificação disciplinar: junto aos postulados gerais e universais (Museologia Geral) impõe-se, com muita clareza, os problemas de ordem especial e particular (texto e contexto museológicos).” (Bruno, 1996, p. 22)

Assim, não podemos perder de vista que quem controla as narrativas em torno do passado no presente pode influenciar a construção do futuro pela “imaginação, antecipação e aspiração” (Appadurai et al., 2013, p. 16–17).

II. O PROGRAMA IMRE STEINDL (PIS) E A PRAÇA KOSSUTH (PK)

Para servir aos seus propósitos políticos, os esforços de Orbán em criar simetrias ou equivalências entre o horror do nazismo e do comunismo foram além das paredes dos museus. Diferentemente do se observou na Praça da Liberdade e na Casa do Terror, a transformação da PK (Imagem 4) não comemora a dupla ocupação, mas tenta apagar os vestígios da era comunista que circunda o Parlamento e devolver a aparência que a Praça tinha em 1944 com o aval da constituição.



Imagem 4 - Plano atual da PK divulgado pelo PIS

Fonte: <https://www.parlament.hu/en/web/visitors/kossuth-square> acessado em 27/05/2022.

Em 18 de abril de 2011, durante o segundo mandato do FIDESZ que contava com a maioria dos parlamentares húngaro, foi aprovada uma nova constituição, que entraria em vigor em janeiro de 2012. Tal documento causou controvérsias e seu alinhamento com os valores da União Europeia foi questionado no Parlamento Europeu (PE)¹³. Aqui, nos interessa este trecho extraído do preâmbulo (nomeado “Declaração Nacional”) da nova constituição:

“We do not recognise the communist constitution of 1949, since it was the basis for tyrannical rule; we therefore proclaim it to be invalid.
We agree with the Members of the first free National Assembly, which proclaimed as its first decision that our current liberty was born of our 1956 Revolution.
We date the restoration of our country’s self-determination, lost on the nineteenth day of March 1944, from the second day of May 1990, when the first freely elected organ of popular representation was formed. We shall consider this date to be the beginning of our country’s new democracy and constitutional order.”¹⁴ [p.03].

A partir do trecho citado, é possível problematizar que o preâmbulo:

- possui caráter ideológico: relaciona comunismo e tirania;
- (des)autoriza o passado: com o uso de palavras como reconhecer, proclamar e concordar para legitimar ou não eventos escolhidos;
- reforça o apagamento: ao ignorar a parcela de responsabilidade dos húngaros sobre os eventos entre 1944 e 1990 que incluem o Holocausto e o comunismo; e
- cria meta-referência que servirão como “fatos” para justificar atos futuros, como a Resolução Parlamentar 61/2011 (VII. 13) OGY.

Em debate, o preâmbulo foi citado em reunião do órgão consultivo do Conselho da Europa para questões constitucionais como sendo longo, com muitas referências históricas e

¹³ O questionamento oral do tema em plenária do PE em 08/06/2011 [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/CRE-7-2011-06-08-ITM-011_EN.html] acessado em 18/08/2023] culminou na resolução 2011/2655(RSP) e no texto adotado P7_TA(2011)0315 [<https://oeil.secure.europarl.europa.eu/oeil/popups/summary.do?id=1159230&t=e&l=en>] e [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-7-2011-0315_EN.pdf?redirect] acessados em 18/08/2023].

¹⁴ https://2015-2019.kormany.hu/download/a/68/11000/The_Fundamental_Law_of_Hungary_01072016.pdf acessado em 18/08/2023.

passível de excluir algumas minorias.¹⁵ A Constituição atribuía estatuto legal ao tal preâmbulo¹⁶ e as preocupações do PE sobre as suas implicações legais e políticas e incertezas jurídicas foram confirmadas e denunciadas na resolução europeia 2011/2655(RSP)¹⁷.

Aprovada em julho 2011, a resolução 61/2011 autorizava a modernização e adição de novas funcionalidades à PK e atribuía a responsabilidade da sua execução ao PIS¹⁸. O seguinte trecho da resolução 61/2011 inspira nossas reflexões quando analisado em conjunto com o preâmbulo e com a forma como o PIS tem atuado:

“§2. [...] a) toda a área da Praça Lajos Kossuth (Budapeste, Distrito V, 24893) será transferida para a propriedade do Gabinete da Assembleia Nacional¹⁹ como propriedade do Estado húngaro.”²⁰

“§2. [...] e) a Praça pode ser restaurada à sua imagem artística anterior a 1944, ao mesmo tempo em que homenageia as vítimas do trágico tiroteio de 1956 e oferece um cenário adequado para as obras de arte atualmente expostas na Praça.”²¹

A transformação da PK ainda está em processo e, em termos de duração, valores e escopo, o PIS tornou-se um programa de profundidade e grandiosidade muito mais complexo do que o texto que o criou. Embora simples e genérica, a resolução 61/2011 sancionou a reforma, transferiu a jurisdição da Praça da cidade para o União e definiu a estética para a área. Entretanto, a resolução não: i. apresentou os fundamentos e nem qualificou a mudança a ser feita, ii. não explicou como essa decisão foi consensada para além do voto em uma esfera legislativa e, portanto, política, iii. não indicou quem seriam as vítimas, eventos e heróis que ocupariam aquele espaço em detrimento de outros ou como seria feita e por quem a seleção deles, e iv. tampouco explicou o que seria a tal “configuração adequada”.

¹⁵ <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20110523IPR19960/meps-hold-debate-on-the-hungarian-constitution> acessado em 18/08/2023.

¹⁶ Artigo R) na página 8 em https://2015-2019.kormany.hu/download/a/68/11000/The_Fundamental_Law_of_Hungary_01072016.pdf acessado em 18/08/2023.

¹⁷ <https://ocil.secure.europarl.europa.eu/ocil/popups/summary.do?id=1159230&t=e&l=en> acessado em 18/08/2023.

¹⁸ <https://www.sipzrt.hu/a-steindl-imre-program/> acessado em 24/04/2022.

¹⁹ <https://www.parlament.hu/web/house-of-the-national-assembly/office-of-the-national-assembly> acessado em 24/04/2022.

²⁰ <https://mkogy.jogtar.hu/jogszabaly?docid=a11h0061.OGY> acessado em 24/04/2022 (tradução nossa).

²¹ <https://mkogy.jogtar.hu/jogszabaly?docid=a11h0061.OGY> acessado em 24/04/2022 (tradução nossa).

Sobre a decisão de restaurar a estética pré-1944, pode-se questionar o porquê essa época merece (ou deve) ser lembrada em uma Praça de valor simbólico nacional, quais mudanças seriam realizadas, como foram ou seriam feitas as avaliações e decisões e quais eram as referências e fontes para as escolhas. A resolução sequer oferece esclarecimentos sobre o futuro destino dos artefatos adicionados na Praça Kossuth entre 1944 e 2011.

As consequências de alguns desses aspectos no tempo e espaço são abordados por Ares (2022) e não faz parte do presente escopo discorrer sobre a transformação da PK como um todo, nem tampouco sobre os demais monumentos da Revolução de 1956 que estavam ali em 2011. Vamos nos ater ao destino do túmulo simbólico das vítimas do massacre de 1956.

III. TÚMULO SIMBÓLICO E O MUSEUM IN MEMORIAM

O túmulo simbólico é um monumento às vítimas do fuzilamento de 25 de outubro de 1956 [1956. október 25-i sortűz áldozatainak emlékműve em húngaro] comissionado pela Associação Mundial dos Húngaros de 56 [56-a Magyarok Világszövetségének em húngaro] e instalado ilegalmente na PK em 1991²², ou seja, é o resultado de uma iniciativa e desobediência civil. A obra é atribuída ao escultor László Gömbös (1926-2010) e ao arquiteto Imre Makovecz (1935-2011)²³. O túmulo tinha uma posição central e privilegiada na Praça, em frente ao monumento de Ferenc Rakoczi II - que ainda ocupa o mesmo sítio – e recebia tributos e homenagens espontâneos como velas e flores (Imagem 5).

²² <https://www.europenowjournal.org/2018/04/30/absences-and-excesses-in-the-memory-politics-of-budapest-after-1989/> acessado em 06/09/2023.

²³ <https://makovecz.hu/makoveczimre/en/curriculum-vitae/> acessado em 06/09/2023.



Imagem 5 - Túmulo simbólico em sua localização original na Praça Kossuth (1991-2013)

Fontes: esquerda: <https://www.kozterkep.hu/2532/az-1956-oktober-25-i-sortuz-aldozatainak-emlekmuve#vetito=9940> (Béla Nesták - Identificação 9940), direita: <https://www.kozterkep.hu/2532/az-1956-oktober-25-i-sortuz-aldozatainak-emlekmuve#vetito=9937> (Béla Nesták - Identificação 9937), acessados em 06/09/2023.

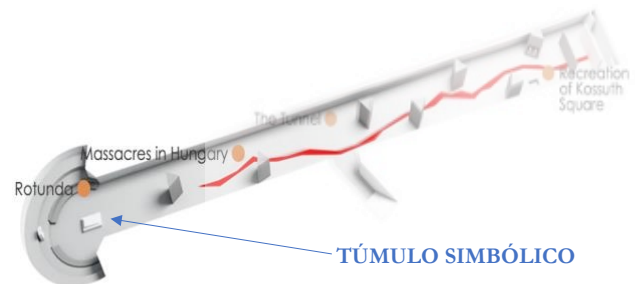


Imagem 6 - Localização atual do túmulo simbólico no *In Memoriam*

Fonte: agrupamento e sobreposição de fotos obtidas em <http://www.inmemoriam1956.hu/exhibition/permanent-exhibition.htm> em 10/06/2021.

Em 2014, foi inaugurado o *In Memoriam* e o túmulo foi reinstalado em uma sala sob a PK²⁴. Como mostra a Imagem 6 (dir.), o fim do túnel de ventilação sul do Parlamento foi fechado

²⁴ <https://www.europenowjournal.org/2018/04/30/absences-and-excesses-in-the-memory-politics-of-budapest-after-1989/> acessado em 06/09/2023.

em formato cilíndrico (rotunda) e tornou-se um “santuário” que aloja a lápide simbólica.²⁵ Um arco semicircular de bancos está a sua volta e nos tijolos da parede foram escritos os nomes de vítimas. A mudança é a materialização da metáfora do eclipse das memórias de 1956 que deixam a superfície e vão para o subsolo (Ares, 2022, p. 21). São memórias desalojadas dentro do seu próprio território.

A transferência do monumento limitou o acesso das pessoas e a plenitude desse monumento. As regras institucionais de funcionamento do museu impedem que continuem a acontecer as manifestações póstumas e espontâneas indissociáveis dos objetivos comemorativos de monumentos. Mas podemos apontar outros constrangimentos causados por esse novo cenário e contexto.

A ausência de informação ou sinalização física sobre o destino do túmulo - seu novo endereço ou onde ele pode ser encontrado - já que ele não está mais às vistas de quem cruza a PK. Seu sítio original é ocupado pela sombra de Rakoczi II e por um aviso de ordem, como se vê na Imagem 7. A ausência de vestígios se repetiu com todos os monumentos removidos da PK.

²⁵ <https://epiteszforum.hu/a-kossuth-teri-sortuz-aldozatainak-uj-emlekhelye> acessado em 06/09/2023.



Imagem 7 - Foto atual do sítio antes ocupado pelo túmulo simbólico (1991-2013)
Foto: Ares, 02/2023



Imagem 8 - Acesso ao In Memoriam pela Praça Kossuth
Foto: Ares, 02/2023

Pode-se dizer que foi retirada a chance de visitantes da Praça se depararem casualmente com um marco de um massacre ocorrido naquele mesmo lugar e serem expostos quiçá a uma curiosidade, de antemão desinteressada, mas inquietante ao encontrar um *signo ícone* (Joly, 2019, p. 35) - um túmulo. A visita ao museu não é gratuita e o seu acesso não é nada convidativo, como mostra a Imagem 8 (esq.): uma escadaria de pedra em corredor escuro que leva ao subsolo. Não há acesso para pessoas com deficiência por aquela entrada mostrada na foto nem qualquer indicação de onde encontrá-la. Embora seja um projeto de 2014, seria correto chamar essa arquitetura de *hostil* tendo em vista outros debates atuais sobre os usos das cidades?

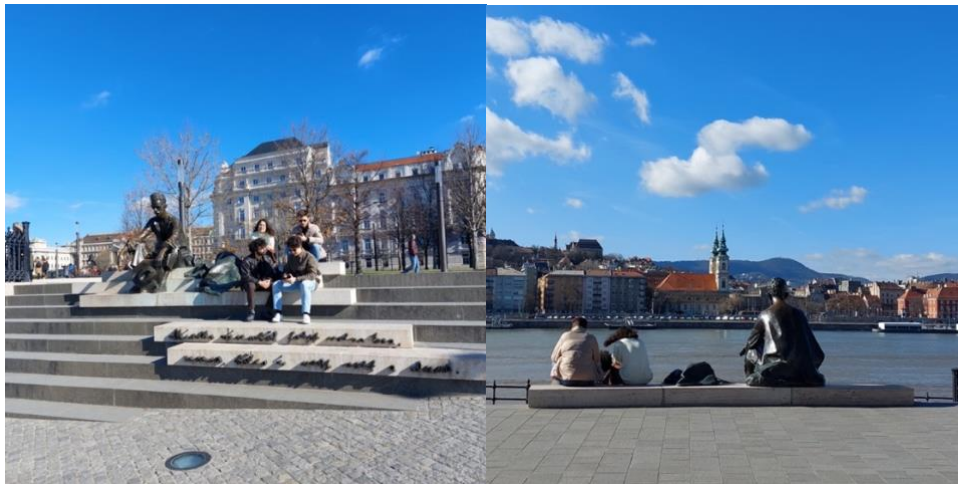


Imagem 9 - Monumento ao poeta Attila Jozséf na Praça Kossuth

Foto: Ares, 02/2023

O túmulo pode não ser um lugar tão atrativo para os visitantes relaxarem quanto o monumento visto na Imagem 9 em homenagem ao poeta Attila Jozséf que, embora não existisse em 1944, sobreviveu ao Programa Steindl e permaneceu na superfície da PK. Entretanto, não podemos perder de vista que, além de locais de peregrinação e tributos, os monumentos em áreas públicas também interagem com os cidadãos e visitantes na criação de contemplação, de um *momentum* e de novas subjetividades. “Os objetos retêm as informações referentes aos sistemas sócio-culturais onde estão inseridos” (Bruno, 1996, p. 21) e a relação do objeto, homem e espaço é enunciada por Guarnieri da seguinte maneira:

“*Objeto* é tudo o que existe fora do Homem, aqui considerado um ser inacabado, um processo. Este ser inacabado, este processo condicionado pelo seu meio, capaz de criar, percebe o objeto existente fora de si; não só percebe, como lhe dá função, e lhe altera a forma ou a natureza, cria artefatos” (Guarnieri 1990, p. 08 *apud* Bruno, 1996, p. 21)

Os horários de funcionamento do *In Memoriam* também são limitados: de terça à domingo das 9h às 17h. O que antes estava exposto de forma intermitente, agora está inacessível na maior parte do dia. Não obstante, durante os períodos de contingência, como na pandemia de COVID-19, o acesso é ainda mais restrito. A Imagem 8 (dir.), tirada em 21 fevereiro de 2023, terça feira às 11:30hs, mostra que o museu estava fechado. Na ausência de qualquer informação para os visitantes sobre o encerramento, deduzimos estar relacionado ao decreto governamental para economizar energia durante o inverno e que fechou ou limitou o funcionamento de edifícios públicos por conta da Guerra da Ucrânia.

Há ainda as regras de segurança e sanitárias próprias dos museus que são pouco convidativas à fluidez e manifestações dos subjetivismos e memórias. Os acervos são sempre bem guardados e protegidos sendo que qualquer desvio do protocolo pode ser considerado um ato de vandalismo. A câmera de segurança na Imagem 8 (esq.) indica ao visitante que a partir daquele ponto o sujeito está sob vigilância da instituição, que, no caso, é o Estado.

Vale a pena fazer aqui um contraponto sobre a situação atual do túmulo simbólico apresentado nos parágrafos anteriores e o busto de Horthy na Praça da Liberdade. Como mostra a Imagem 3, embora não esteja na zona pedonal, a solução encontrada manteve Horthy às vistas dos transeuntes e permite certos tipos de tributos. Enfim, enquanto as referências de 1956 são enterradas (no subsolo), as memórias anteriores a 1944 são (re)construídas na superfície.

É importante ressaltar que o website do *In Memoriam* estava parcialmente fora do ar enquanto escrevamos este artigo. As imagens e referências que utilizamos, cujos links são aqui mencionados, não estavam mais disponíveis. Novamente, não é provida qualquer explicação sobre as razões do problema. Por isso, não sabemos se foi uma falha técnica ou se o site foi retirado do ar de forma intencional, mas sabemos que a dificuldade de acesso à exibição se repete tanto no “mundo real” quanto no “virtual”.

Por fim, na Hungria é comum encontrar vestígios de homenagens nos monumentos das cidades. Por isso, trouxemos imagens de monumentos próximos à PK em que identificamos

vestígios e o culto aos monumentos que comemoram eventos e personalidades dos séculos XIX e XX para contrapor a higiene do pretense “santuário” da Imagem 6. A guirlanda na Imagem 10 homenageia o monumento à Harry Hill Bandholtz, um General da Brigada Estado-Unidense e membro dos aliados que supervisionaram a retirada das tropas romenas da Hungria em 1919²⁶. As flores da Imagem 11 honram os soldados soviéticos da libertação de 1945. Por fim, a Imagem 12 mostra restos de velas e homenagens em memória de Lajos Batthyányi, líder da reforma e da revolução por independência dos húngaros no século XIX (Ares, 2022, p. 13).



Imagem 10 - Estátua do General Estado-Unidense Harry Hill Bandholtz na Praça da Liberdade
Foto: Ares, 02/2023



Imagem 11 - Monumento aos heróis soviéticos na Praça da Liberdade
Foto: Ares, 02/2023

²⁶ <https://hu.usembassy.gov/embassy/budapest/embassy-history/statue-harry-hill-bandholtz/> acessado em 06/09/2023.



Imagem 12 - Chama eterna em honra Lajos Batthyányi próximo à Praça da Liberdade
Foto: Ares, 02/2023

A resolução 61/2011 prometia restaurar a “imagem artística da Praça” anterior a 1944, homenagear as vítimas do tiroteio de 1956 e criar um “cenário adequado” para acolher os monumentos que saíssem da PK. Assim sendo, o túmulo simbólico deveria sair da praça e a rotunda foi criada para abrigá-lo. Entretanto, do ponto de vista do público e dos equipamentos, será que vale a pena quebrar a contemporaneidade e a dinâmica dos espaços públicos? Será que tais monumentos estão mais protegidos e são mais bem utilizados como acervos em museus do que estariam em seu local original?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bruno (1996, p. 13), o processo de musealização pode ser analisado sob dois grupos de ações correlatas: a *salvaguarda* e a *comunicação*. O primeiro grupo engloba a aquisição, documentação, conservação e guarda de acervos. O segundo, as ações de extroversão da salvaguarda. Dentro da comunicação, a exposição, enquanto ambiente de acesso ao resultado das pesquisas e como cenário onde se desenvolvem as ações que aproximam os visitantes das coleções, foi a área que recebeu nossa maior atenção aqui por duas razões: porque o fato gerador

do nosso caso foi uma mudança do lugar de exposição e porque nossas tentativas de acesso físico (e digital) aos conteúdos desse novo lugar foram parcialmente²⁷ frustradas.

O *In Memoriam* nada mais é do que mais um “museu memorial”, que pretende criar locais sagrados e que tenta manter sua “autenticidade performativa” recolhendo relíquias de civis para compor o seu acervo²⁸, como mostra a chamada apresentada na Imagem 13 que foi obtida na sessão sobre o massacre de 1956 no website do Museu do Parlamento que administra o *In Memoriam*.

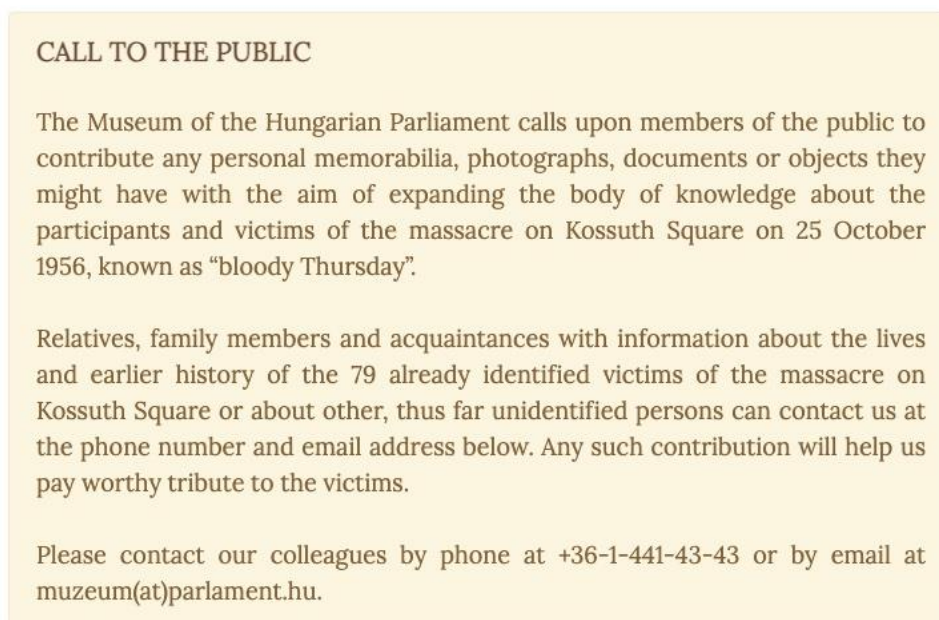


Imagem 13 - Chamada pública por relíquias e informações sobre vítimas do massacre de 1956
Fonte: <https://www.parlament.hu/en/web/orszagguylesi-muzeum/egy-sortuz-nyomaban> acessado em 06/09/2023.

Embora tenha sido criado em 2014 e seja, portanto, recente, apresentamos uma série de elementos que nos levam a concluir que o *In Memoriam* foi concebido e nasceu antiquado. Alguém poderia ainda argumentar que o *In Memoriam* é na verdade moderno, uma obra alinhada ao crescimento da polarização radical e da onda conservadora que acompanha os governos

²⁷ Em ambas as tentativas de visita ao museu, em março de 2022 e em fevereiro de 2023, ele estava fechado. Entretanto, como o website estava parcialmente disponível, qualificamos como parcial e não integral.

²⁸ <https://www.parlament.hu/en/web/orszagguylesi-muzeum/egy-sortuz-nyomaban> acessado em 06/09/2023.

populistas de direita fortalecido na última década. Tal abordagem é possível e pode ser desenvolvida, mas quando olhamos o que instituições como o ICOM aspiram para o futuro dos museus, a constatação sua obsolescência do *In Memoriam* fica mais evidente:

"Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento" – Nova definição de museu aprovada pelo ICOM em 2022²⁹.

O caso húngaro analisado mostrou-se bastante limitado e limitador em quesitos que o ICOM anseia para o futuro dos museus, como os quesitos relacionados à: i. *diversidade*, expresso no uso de palavras como acessíveis, inclusivos, diversidade; ii. *coletividade*, ao usar palavras como sociedade e comunidades; e iii. *troca*, ao referir-se à participação, partilha e experiências. Torna-se difícil argumentar que a movimentação do monumento para o *In Memoriam* foi bem-sucedido em comunicar, quando ao contrário, as evidências nos mostram que se trata de mais um esforço para esquecimento dos eventos de 1956 que permeiam o Programa Imre Steindl (Ares, 2022, p. 21–22).

“O que deve ser lembrado e necessariamente o que precisa ser esquecido sempre irão permear os processos de constituição das memórias e identidades coletivas e de suas representações, sobretudo na instituição museu, locus por excelência dos suportes de memórias e da institucionalização de esquecimentos. Os conflitos, disputas e a formatação ideológico-política da construção das narrativas dessas representações são aspectos essenciais a serem levados em consideração no jogo social de conformação de memórias coletivas” (Tolentino, 2022).

Assim, encerramos nosso artigo com a citação de Tolentino acima que aborda a lembrança e o esquecimento, o papel dos museus e os riscos deste percurso e deixamos algumas questões para reflexões e pesquisas futuras: é possível esperar que um museu cumpra o seu papel quando tais instituições e todo processo de tomada de decisões está pautado pela Constituição e medidas Parlamentares decididas pelo voto e, portanto, por mecanismos políticos e não

²⁹ https://www.icom.org.br/?page_id=2776 acessado em 19/08/2023.

técnicos? Qual é o lugar do acervo e das memórias entre 1944 e 1990 na democracia liberal húngara?

As autoras gostariam de agradecer a Sarah Stout de Souza pela revisão da versão em língua inglesa do resumo deste artigo.

REFERÊNCIAS

Agamben, G. (2009). What is an apparatus? Em D. Kishik & S. Pedatella (Trads.), *What is an apparatus? and other essays* (p. 01–24). Stanford University Press.

Agier, M. (2011). *Antropologia da cidade: Lugares, situações, movimentos [Esquisses d'une anthropologie de la ville: Lieux, situations, mouvements]* (G. Í. Cordeiro, Trad.; History, Politics, Economy, Social Sciences). Terceiro Nome.

Anderson, B. (2016). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism* (History, Politics, Economy, Social Sciences; 2º ed). Verso.

Appadurai, A., Marco, A., Neresini, F., & Sassatelli, R. (2013). The future as cultural fact: Essays on the global condition. *Rassegna Italiana Di Sociologia*, 14(04), 649–678.
<https://doi.org/10.1423/76023>

Ares, G. (2022). Eclipse de memórias e extrema-direita: As intervenções no bairro Lipótváros em Budapeste, Hungria. *Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS, GT10(45)*, 25.
<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/45-encontro-anual-da-anpocs/gt-33/gt10-27>

Augé, M. (2009). *Non-Places: An introduction to an Anthropology of supermodernity [Non-Lieux: Introduction a une anthropologie de la surmodernite]* (J. Howe, Trad.; 01 ed). Verso.

Behr, V., Blaive, M., Constantin, A., Neumayer, L., & Zombory, M. (2020). An anti-communist consensus: The black book of communism in Pan-European perspective. *Revue d'études Comparatives Est-Ouest*, 51(02–03), 55–88. <https://www.cairn.info/revue-revue-d-etudes-comparatives-est-ouest-2020-2-page-55.htm>

Bodó, B. (2017). Memory practices: The Red and White Terrors in Hungary as remembered after 1990. *East Central Europe*, 44(2–3), 186–215. <https://doi.org/10.1163/18763308-04402010>

Bruno, C. (1996). Museologia: Algumas idéias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, 9(9), 09–33.
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/291>

Chagas, M. (2002). Memória e poder: Dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, 19(19), Artigo 19. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>

Erőss, Á. (2016). “In memory of victims”: Monument and counter-monument in Liberty Square, Budapest. *Hungarian Geographical Bulletin*, 65, 237–254. <https://doi.org/10.15201/hungeobull.65.3.3>

Erőss, Á. (2017). Living memorial and frozen monuments: The role of social practice in memorial sites. *Urban Development Issues*, 55, 19–32. <https://doi.org/10.2478/udi-2018-0002>

Erőss, Á. (2022). The symbolic landscape of an illiberal regime: Glorifying the interwar era in post-2010 Budapest. *Tempo*, 28, 361–381. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2022v280317>

Fortuna, C. (2020). *Cidades e Urbanidades* (1º ed). ICS - Imprensa de Ciências Sociais.

Gray, C. K., & Aarons, M. R. (Diretores). (2006). *Freedom's fury* [Documentary; DVD]. WOLO Entertainment, Cinergi Pictures Entertainment, GRAiNEY Pictures.

Guarnieri, W. R. C. (1990). *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e preservação* (Vol. 3). IBPC.

Gyáni, G. (2021). *A nation divided by history and memory: Hungary in the twentieth century and beyond* (History, Politics, Economy, Social Sciences). Routledge.

Horváth, Z. K. (2008). The redistribution of the memory of socialism: Identity formations of the “survivors” in Hungary after 1989. Em O. Sarkisova & P. Apor (Orgs.), *Past for the Eyes: East European Representations of Communism in Cinema and Museums after 1989* (online, p. 247–273). Central European University Press. <http://books.openedition.org/ceup/681>

Joly, M. (2019). *Introdução à Análise da Imagem [Introduction à l'analyse de l'image]* (J. E. Rodil, Trad.; History, Politics, Economy, Social Sciences). Edições 70.

Kovács, É. (2016). Overcoming history through trauma. The Hungarian historikerstreit. *European Review*, 24, 523–534. <https://doi.org/10.1017/S1062798716000065>

McCoy, J., Rahman, T., & Somer, M. (2018). Polarization and the global crisis of democracy: Common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic polities. *American Behavioral Scientist*, 62(1), 16–42. <https://doi.org/10.1177/0002764218759576>

Palonen, E. (2006). Creating communities: The postcommunist city-text of Budapest. *IWM WEBSITE*. <https://www.iwm.at/transit-online/creating-communities-the-postcommunist-city-text-of-budapest>

Pedro, J. P. M. (2019). *On the touristification of 20th century authoritarianism: Museological discourse and the question of memory* [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Gestão de Tomar]. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/31446/1/On%20the%20Touristification%20of>

%2020th%20Century%20Authoritarianism%20-
%20Museological%20Discourse%20and%20the%20Question%20of%20Memory%20-
%20Jo%C3%A3o%20Paulo%20Pedro.pdf

Pető, A. (2016). Revisionist histories, ‘future memories’: Far-right memorialization practices in Hungary. *European Politics and Society*, 18(1), 41–51.
<https://doi.org/10.1080/23745118.2016.1269442>

Székely, J. (2016). *The transfiguration of the hero: A memory politics of the everyday in Berlin and Budapest* [Ph.D. in Sociology, Central European University].
http://www.etd.ceu.edu/2016/szekely_julia.htm

Todorov, T. (2008). *Los Abusos De La Memoria* (M. Salazar, Trad.). Paídos Ibérica.
<https://www.wook.pt/livro/los-abusos-de-la-memoria-tzvetan-todorov/15127704>

Tolentino, Á. B. (2022, maio 18). Os museus e seu(s) poder(es). *Revista Museu, online*.
<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2022/14181-os-museus-e-seu-s-poder-es.html>

Traverso, E. (2006). *Il passato: Istruzioni per l'uso. Storia, memoria, politica* [*Le passé, modes d'emploi: Histoire, mémoire, politique*] (G. Morosato, Trad.; 01 ed). Ombre Corte.

Traverso, E. (2014). *La historia como campo de batalla*. Fondo Cultura Economica.

Traverso, E. (2019). *The new faces of fascism: Populism and the far right* (D. Broder, Trad.). Verso.

Tucker, A. (2008). Historiographic revision and revisionism: The evidential difference. Em M. Kopeček (Org.), *Past in the making: Historical revisionism in Central Europe after 1989* (p. 1–15). Central European University Press; JSTOR.
<http://www.jstor.org/stable/10.7829/j.ctt1cgf7zx.4>

Vandevoordt, R., Clycq, N., & Verschraegen, G. (2018). Studying culture through imaginaries: Some reflections on the relevance of imaginaries for the social sciences. Em H. Alma & G. Vanheeswijck (Orgs.), *Social imaginaries in a globalizing world* (Vol. 5, p. 167–192). De Gruyter.
<https://doi.org/10.1515/9783110435122-008>

Zombory, M. (2017). The birth of the memory of Communism: Memorial museums in Europe. *Nationalities Papers*, 45(06), 1028–1046.
<https://doi.org/10.1080/00905992.2017.1339680>

Zombory, M. (2020). The anti-communist moment: Competitive victimhood in European politics. *Revue d'études comparatives Est-Ouest*, 2–3(2–3), 21–54.
<https://doi.org/10.3917/receo1.512.0021>

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

GRAZIELA ARES é contemplada com uma bolsa de doutoramento oferecida pela agência pública de apoio à investigação em ciência, tecnologia e inovação Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P. em Portugal.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

GRAZIELA ARES: Conceituação, Metodologia, Recursos, Investigação, Redação - Rascunho Original, Redação - Revisão e Edição.

DENISE GRINSPUM: Conceituação (Museologia), Recursos (bibliografia em Museologia), Redação - Revisão e Edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

ARES é doutoranda em "Discursos: Cultura, História e Sociedade" pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Estuda a democracia iliberal na Hungria no século XXI com ênfase em história do tempo presente, memória, política simbólica e espaços públicos.

GRINSPUM é pesquisadora autônoma e servidora aposentada dos Museus Castro Maya (RJ/Brasil). Com experiência na área de arte/educação, atua principalmente com educação museal, formação de público de museus e de professores, e metodologia de ensino de arte.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.